



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

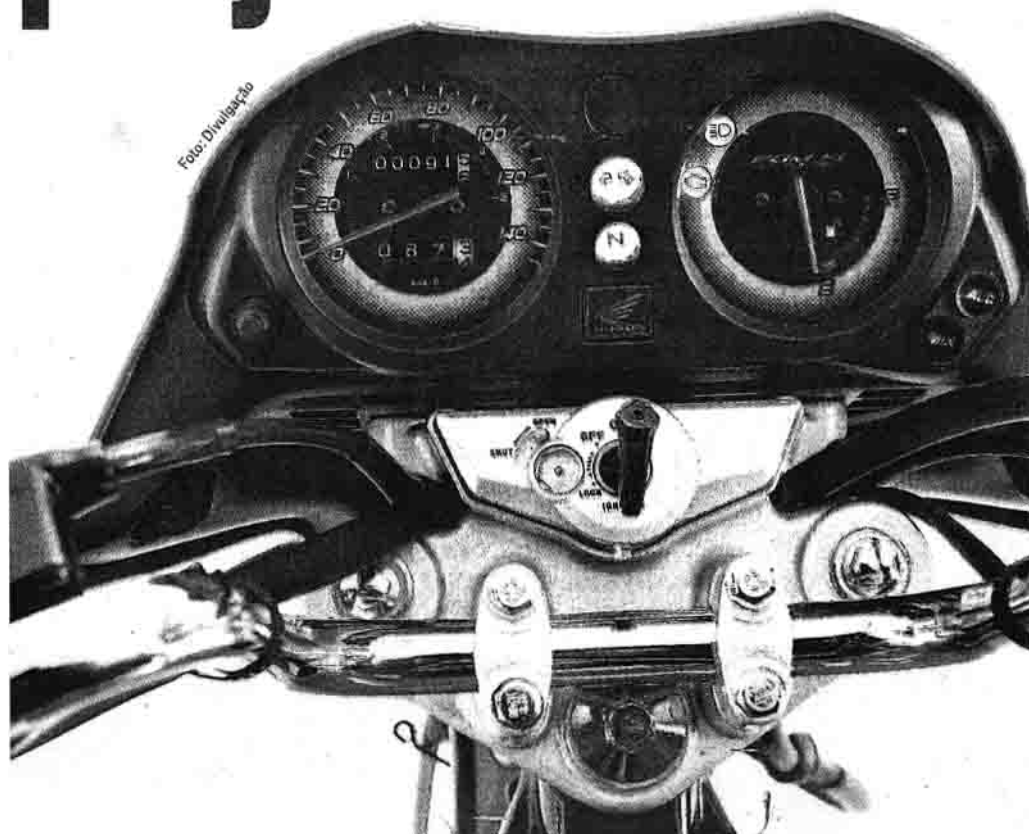
Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quarta-feira, 3 de abril de 2013

JORNAL DO COMMERCIO CAPA	1
JORNAL DO COMMERCIO PEC da ZFM POLITICA	2
JORNAL DO COMMERCIO Aficam denuncia 'revoada' de projetos ECONOMIA	3
JORNAL DO COMMERCIO Follow-Up ECONOMIA	4
JORNAL DO COMMERCIO PIM ECONOMIA	5
JORNAL DO COMMERCIO Mdic ECONOMIA	6
JORNAL DO COMMERCIO Indústria..... ECONOMIA	7
JORNAL DO COMMERCIO ARTIGO ECONOMIA	8
JORNAL DO COMMERCIO Lucro das empresas no Brasil cai 33%..... NEGÓCIOS E SERVIÇOS	9
A CRITICA sim & não OPINIÃO	10
A CRITICA sobe e desce OPINIÃO	11
A CRITICA Desembaraço: lentidão ECONOMIA	12
A CRITICA Aprovação depende de vontade política ECONOMIA	13
A CRITICA IBGE ECONOMIA	14
A CRITICA Reforma do ICMS (parte II) ECONOMIA	15
A CRITICA Fomento à inovação ECONOMIA	16
A CRITICA Encontro aqui sobre a ZFM ECONOMIA	17
DIÁRIO DO AMAZONAS RESUMO..... ECONOMIA	18

CAPA

Aficam diz que PIM virou 'cemitério' de projetos industriais



A Aficam (Associação das Empresas de Componentes do Polo Industrial de Manaus) afirmou ontem que a crise que se arrasta desde o ano passado está fazendo do PIM um "cemitério de empresas". O presidente da Aficam, Cristovam Marques Pinto, disse que a crise já foi determinante para o fechamento de empresas e que essa "desmobilização das fábricas no PIM" tende a se agravar. Por isso, ele cobra uma medida urgente da Suframa. O presidente do Cieam, Wilson Périco, discorda da afirmação e diz que a crise não foi determinante para fechamento de empresas. Para ele, o PIM continua atraente.

Página A5

PEC da ZFM

Descartada convocação de Mantega

A Comissão Especial da Proposta de Emenda à Constituição nº 506/2010 (da Zona Franca de Manaus) rejeitou, ontem, o requerimento de autoria do deputado Silas Câmara (PSD) para a realização de audiência pública com a presença dos ministros da Fazenda, Guido Mantega, e do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel.

Por outro lado, foram aprovados o requerimento do deputado federal Átila Lins (PMDB) para a realização

de audiência pública com a presença dos Senhores Superintendente da Zona Franca de Manaus, Thomaz Afonso Queiroz Nogueira; Superintendente de Desenvolvimento da Amazônia - Sudam, Djalma Bezerra Mello; Presidente do Centro da Indústria do Estado do Amazonas - Cieam, Wilson Luis Buzato Périco; Presidente da Confederação do Comércio do Estado do Amazonas, José Roberto Tadros; Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas -

Fieam, Antonio Carlos da Silva; Secretário de Fazenda do Estado do Amazonas, Afonso Lobo; Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do estado do Amazonas - Faeam, Muni Lourença Silva Júnior; e Presidente da Associação Comercial do Amazonas - ACA, Ismael Bicharra Filho.

Também foram aprovados outros requerimentos para audiência com os governadores dos Estados na área de abrangência da Suframa, solicitada pelo deputado Átila

Lins, e com representantes dos trabalhadores e dos juristas Marco Aurélio Greco, Humberto Ávila, Ives Gandra Martins, Celso Bastos.

O Requerimento 13/13, que solicitava a realização de um Encontro com autoridades, lojistas, empresários e população, em Manaus, para discutir a prorrogação dos benefícios para a Zona Franca de Manaus também foi aprovado. A proposta foi apresentada pelo deputado federal Henrique Oliveira (PP).

Aficam denuncia 'revoada' de projetos

Por Osvaldo Henriques

Pelo menos 32 plantas industriais encerraram as suas atividades em Manaus, sendo a maioria do setor de componentes, diante da crise que se arrasta desde o ano passado, segundo informações da Aficam (Associação das Empresas de Componentes do Polo Industrial de Manaus). A crise está fazendo a associação definir o Polo Industrial de Manaus como um "cemitério de empresas". O alerta ocorre na mesma semana em que a entidade se reuniu com a Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus) para buscar definições sobre o plano de competitividade que está sendo elaborado na tentativa de resgatar o polo de duas rodas de Manaus, que apresenta constantes baixas desde 2012, e discutir alterações nos PPBs (Processos Produtivos Básicos) do PIM.

O presidente da Aficam, Cristovam Marques Pinto, destaca que essa desmobilização das fábricas no PIM tende a se agravar e cobra uma medida urgente da Suframa. "Deveríamos, ao invés de comemorarmos recordes de importações, refletirmos de que nada tem de positivo permanecer esse crescimento. Isso significa que estamos deixando de adquirir componentes possíveis de aqui serem produzidos, para criar empregos nos países exportadores", ressalta. Segundo Cristovam Marques, há alguns anos atrás não havia imóveis disponíveis para a instalação de novas empresas e agora, não está aparecendo quem queira alugar os imóveis desocupados.

Duas Rodas

As reuniões, que voltarão a ocorrer no final do mês de abril, buscarão alavancar o setor, que apresentou perda de faturamento de 19% ano passado e contou com a participação de empresas fabricantes de bens finais, componentistas, entidades de classe da indústria, sindicatos e órgãos governamentais. O Polo de Duas Rodas é responsável pelo segundo maior faturamento do PIM com 20,42% do faturamento, perdendo apenas para os eletroeletrônicos com 34,2%.

Segundo dados da Fenabrave (Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores) em março de 2013 foram emplacadas 123.838 motocicletas no país. No mesmo período do ano passado foram 165.686 emplacamentos. O que dá uma baixa de 25,26% no número de motocicletas. No acumulado do ano foram emplacadas 352.117, número 20,23% menor do que o registrado nos três primeiros meses de 2012, onde foram emplacadas 442.545 motos. Em janeiro de 2013 foram produzidas 124.738 motocicletas, resultado que só supera o de 2009, ano da crise internacional. Em fevereiro foram emplacadas 10 mil motos no país, pior número desde fevereiro de 2006.

Com o plano de competitividade espera-se definir medidas que possam promover melhorias no setor através de um comitê que além da Aficam conta com a Simplast (Sindicato das Indústrias de Material Plástico de Manaus), Sindipeças (Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores), Simefre (Sindi-



Queda na comercialização de motocicletas contribui para aquecer a crise entre os componentistas

cato Interestadual da Indústria de Materiais e Equipamentos Ferroviários e Rodoviários), Mdic (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior), Mcti (Ministério da ciência, tecnologia e inovação), Abracielo (Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares) e Governo do Amazonas. Os grupos de ações definidos até o momento estão centrados em temas como tributação, logística e redução de custos.

PPBs

A proposta da Suframa em relação aos PPBs é centrada, principalmente, no adensamento da cadeia produtiva e simpli-

ficação de regras e conceitos presentes. Para o superintendente adjunto de projetos da Suframa, Gustavo Igrejas, um dos pontos mais negativos nos últimos meses foi a elevação da participação de insumos importados na produção. Ele ressalta que no nicho de motocicletas de alta cilindrada houve um processo de desverticalização claro e preocupante. "Precisamos rever e recuperar isso. A Suframa não pode deixar sob risco um segmento que é extremamente importante para a região. Temos consciência da crise que o setor está passando. Entendemos que o momento é propício sim à revisão dos PPBs e vamos buscar a forma mais harmoniosa possível, para

definir as novas regras".

Segundo a Suframa houve avanços significativos na discussão dos PPBs durante as reuniões, sendo apresentadas minutas iniciais da proposta de alteração nas Portarias Interministeriais de partes e peças (Portaria nº 182, de 2004) e de produtos acabados (Portaria nº 195, de 2011).

Qualificando como "nefasta" a atual situação do PIM, o presidente da Aficam, Cristovam Marques cobra a Suframa e ressalta a importância de rever e alterar os PPBs de forma mais eficaz. "Entendemos que isso é vital para a revitalização do PIM. Os resultados alcançados são extremamente tímidos", disse.

Suframa aposta em revisão dos PPBs

A Suframa explicou, por meio de nota, que o plano de competitividade para o setor de duas rodas tem como principais objetivos solucionar entraves burocráticos, logísticos e tributários e reduzir custos diretos e indiretos para as empresas atuantes no segmento na Zona Franca de Manaus. Para viabilizar isso, empresas, entidades de classe, sindicatos e órgãos governamentais estão trabalhando em forma de comitê para formular propostas que serão levadas posteriormente aos ministros e órgãos pertinentes. Até o momento foram realizadas duas reuniões e a próxima está agendada previamente para o final de abril. No momento, cabe à Suframa a liderança desse comitê e a organização de todas as propostas e ações a serem desenvolvidas.

Sobre a revisão dos PPBs do segmento - tanto de motocicletas (bens finais) quanto de seus componentes, partes e peças -, a Suframa informou que as discussões tiveram início em fevereiro e têm como principal missão adensar a cadeia produtiva do setor, fomentando a maior compra de partes e peças regionais e nacionais, e também fazer os devidos ajustes que se fazem necessários tendo em vista o desempenho e a situação atual do polo. As mudanças que ocorrerão nos PPBs ainda estão em discussão, mas já há algumas propostas mais consistentes sendo avaliadas e discutidas. A próxima reunião para discutir os PPBs também está marcada previamente para o final de abril. (Colaborou Tanair Maria)

ZFM continua atraente para empresas, diz Périco

De acordo com o presidente Cieam (Centro das Indústrias do Estado do Amazonas), Wilson Périco as empresas do setor de componentes vem sofrendo com a crise do polo de duas rodas, mas o fato não é determinante para o encerramento de atividades na

ZFM que continua atraente. "A crise que prejudicou o setor de Duas Rodas também afetou os setores componentistas que participa da cadeia produtiva como fornecedor de insumos. Mas, não levou a um fechamento significativo de empresas nem em

2012 quando a crise se instalou, nem este ano", diz.

Périco ainda exemplifica com o caso da empresa Foxconn que em dezembro do ano passado fechou a fábrica e demitiu cerca de 300 funcionários. Até então, a fábrica na Zona Franca

era a principal fornecedora de componentes e subconjuntos de plástico para celulares da Nokia. "Após a mudança nas regras de importação, a empresa começou a importar as peças da China e da Índia. Mas a Foxconn, produzia peças para 16

itens dos aparelhos da Nokia. Agora a previsão é de fabricar apenas quatro itens em 2013. O que de fato aconteceu, foi o fechamento de uma parte da linha de produção de itens específicos da empresa", explica Périco.

Follow-Up



EMPRESARIAL

Cresce o ônus e diminui o bônus da indústria

Perdas das empresas de capital aberto chegaram a R\$ 25 bilhões no quarto trimestre de 2012 em relação ao mesmo período do ano anterior, punidos pela Eletrobras e Vale, de acordo com a consultoria Economática. Na semana passada, o economista José Pastore traduziu em números e fatos aquilo que o balanço ordinário das empresas há muito revela e tem provocado forte inquietação: os lucros despencam e as despesas, incluindo salários e impostos, estão subindo mais que a inflação. Onde iremos parar? A Vale, a maior empresa privada do país, lucrou 74% menos que em 2011. Na Petrobrás a queda foi de 36% e no Grupo Gerdau, 23%. O lucro líquido das 209 empresas que estavam na Bolsa de Valores encolheu 23%, com

resultado ainda mais grave no setor industrial. Em todos os setores, porém, os salários subiram mais que a inflação. Nos últimos seis anos, sua participação na renda nacional subiu de 39% para 43%, enquanto a participação dos ganhos das empresas caiu de 36% para 33%.

Costa larga

Ninguém de bom senso vai se contrapor à política de redistribuição de renda, uma proposta que, no limite, revitaliza e consolida a roda da economia, assegura o consumo, viabiliza o comércio e antepara a produção, conferindo ao governo arrecadar os tributos justos para a consecução de seus atributos. Essa redistribuição, porém, não pode penalizar apenas um dos elos dessa cadeia. Os fortes

aumentos do salário mínimo concedidos nos anos recentes aliados à falta de mão de obra adicionaram mais pressão de desembolso, reduziram a produtividade e aumentaram reajustes nas negociações. Por isso, os salários no Brasil estão crescendo a um ritmo duas vezes maior do que a média mundial, o que explica a forte expansão do consumo, para regozijo eleitoral da política econômica em vigor. De quebra, os programas de transferência de renda do governo, a acentuada elevação dos benefícios negociados nos acordos e convenções coletivas, incluindo-se aqui os abonos, participação nos lucros ou resultados, alimentação, transporte, cesta básica, previdência privada, seguro saúde – adicionados aos respectivos custos trabalhista e/ou encargos sociais, os mais altos do mundo – foram itens, um a um, sutilmente colocados nas costas dos empreendedores.

Produtividade estagnada

Outro seria o cenário se essa política de distribuição de renda, além de compartilhada de maneira equânime, fosse acompanhada de incremento da produtividade. Infelizmente, porém, a produtividade do trabalho está estagnada há vários

anos. A proporção do crescimento do PIB, devida ao aumento da produtividade, no caso do Brasil, não passa de 25%, enquanto na Coreia do Sul é de 75% e na China, 93%. Nesse contexto, a política salarial, em vez de agregar conspira contra a competitividade das empresas brasileiras, já açoitadas pelos demais componentes do custo Brasil, numa conjugação de fa-

estruturais.

Partilha curiosa

É sempre importante lembrar que toda a riqueza produzida por empresas industriais na Zona Franca de Manaus (ZFM), mais de 50% é destinada ao governo. Mesmo com incentivos fiscais, governo arrecada mais na Zona Franca de Manaus do que em outros parques industriais, segundo o pesquisador Jorge de Souza Bispo, autor da tese Criação e Distribuição de riqueza pela Zona Franca de Manaus, na Faculdade de Economia e Administração, da Universidade de São Paulo, em 2009. Da riqueza produzida por indústrias da ZFM, 54,42% vão para o governo, 27,28% são distribuídas entre os empregados e apenas 1,82% ficam com os proprietários das empresas. Em compensação, no restante do País o governo recebe 41,54% de toda a riqueza produzida, os empregados ficam com 36,31% e os empresários com 6,44%.

Paradoxo vital

Trata-se de um ativo político que não foi levantado adequadamente, até aqui, pela representação parlamentar, nesse constante vaivém de sobressaltos do modelo ZFM. Diferentemente do que se pressupõe por aí, por conta dos incentivos fiscais, as empresas da ZFM geram em média 31% de riqueza sobre o faturamento, enquanto as situadas fora da ZFM criam aproximadamente 50% de riqueza, de acordo com o estudo. Isso pode ser explicado no fato da ZFM ser uma grande consumidora. Dois terços de todo o faturamento representa compras feitas no exterior ou no resto do País. É um paradoxo um modelo como a ZFM distribuir mais para o governo, que deixa de arrecadar dinheiro com as isenções fiscais. Tudo isso, ademais, remete à revisão dos atores preferenciais da produção e distribuição da riqueza, com equidade, coerência e partilha de responsabilidade.

O lucro líquido das 209 empresas que estavam na Bolsa de Valores encolheu 23%, com resultado ainda mais grave no setor industrial

ttores que vem comprometendo o lucro e a sobrevivência dos negócios. E quando se reduz o lucro, reduz-se o investimento, inibem-se as inovações e a capacidade de crescer e gerar empregos de boa qualidade. E não há a menor possibilidade de reverter a situação atual meramente com propaganda e medidas tópicas. O Brasil precisa de uma liderança firme para efetivar as inadiáveis reformas

Esta Coluna é publicada às quartas, quintas e sextas-feiras, de responsabilidade do Centro da Indústria do Estado do Amazonas. Nesta edição contou com a colaboração de Alfredo MR Lopes. cieam@cieam.com.br

PIM

Terceirização tem alta de 13,9%

Crescimento no uso de mão de obra terceirizada alcançou um total de 4.919 postos de trabalho no polo local

Por Tanair Maria

A evolução da mão de obra terceirizada entre as indústrias do PIM (Polo Industrial de Manaus) assegurou 4,9 mil postos de trabalho e foi responsável pela produtividade de 11,7 milhões de quilograma líquido de partes e peças para aparelhos eletro (injeção plástica) que ficou primeiro em lugar no ranking de insumos produzidos em janeiro deste ano.

O crescimento no uso de mão de obra terceirizada foi de 13,9% na comparação entre os 4.919 trabalhadores terceirizados em janeiro de 2013 e os 4.320 registrados no mesmo período do ano anterior, segundo dados divulgados pela Suframa nos Indicadores de Desempenho do PIM.

De acordo com o economista Francisco Mourão Junior, apesar de muitos gestores e empresas terem ressalvas sobre a terceirização, esse estilo de parceria vale a pena e pode ajudar a oferecer mais soluções e de forma mais ágil.

"Terceirizar a mão de obra é uma boa alternativa durante os picos de produção muito comuns no polo industrial. E, ainda continua sendo uma boa saída para o empregador e para o funcionário a curto, médio e longo prazo dependendo do desempenho de cada um", avalia Mourão.

Segundo o presidente do Cieam (Centro da Indústria do Estado do Amazonas), Wilson Périco a modalidade de terceirização serve para reduzir o volume de investimento do empresário no produto final. Além de oferecer novas oportu-

nidades como a criação do segmento componentista, ao transformar empregado em empregador especialista e parceiro na produção de bem final, criando mais oportunidades de geração de emprego e renda na indústria local.

"A vantagem da terceirização de etapas pelas indústrias reside na opção de contar a depreciação fabril ao abrir novas oportunidades como concentrar investimentos e manter empregos. É uma opção que está disponível para os empresários visionários. O mundo todo caminha nessa direção é um momento cíclico, já aconteceu na década de 1990 e hoje retorna com força", afirma Périco.

Entre os 23 componentes

Modalidade de terceirização serve para reduzir o volume de investimento do empresário no produto final

utilizados como insumos pelas indústrias de bem final no PIM, em janeiro, podemos destacar os cinco primeiros colocados no ranking de produção terceirizada: 11.739.557 kg/l de partes e peças para aparelhos eletro (injeção plástica); 11.081.673 kg/l de artigos de poliestireno expansível inclusive pré-forma pet para recipiente; 5.641.313 kg/l de preparações para elaboração de bebidas (concentrados e extratos); 5.359.275 kg/l de partes e peças e acessórios para duas rodas e 3.609.094 unidades de placas de circuito montada (exceto de uso em informática).

Exemplos de terceirização

A busca por soluções para os fabricantes de bens intermediários do setor de Duas

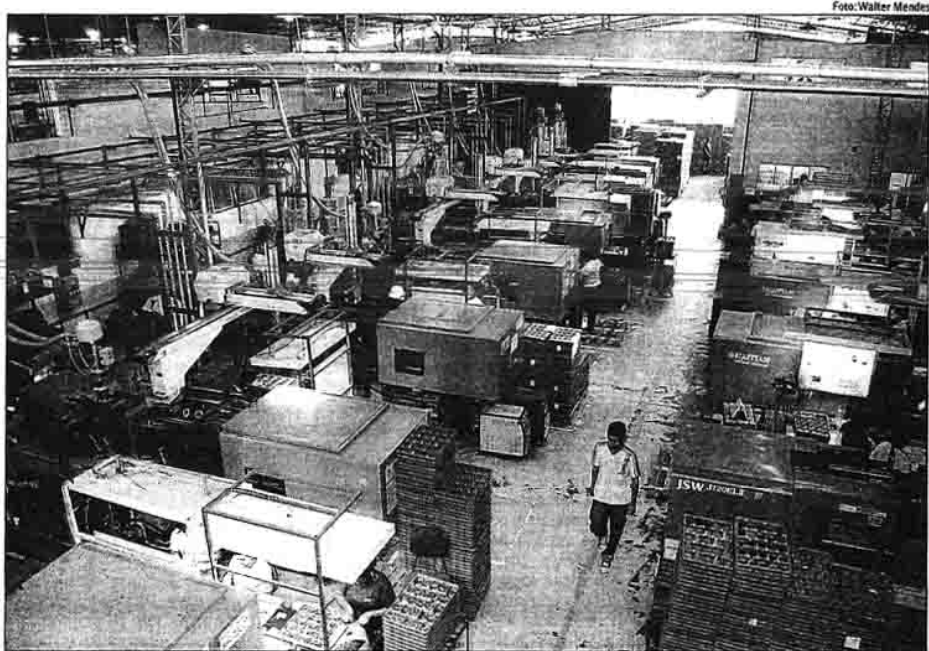


Foto:Walter Mendes

Especialista avalia que esse estilo de parceria vale a pena e pode ajudar a oferecer mais soluções de forma ágil às empresas

Rodas no PIM, que passa pela discussão do Processo Produtivo Básico (PPB) do segmento, continua na Suframa.

Componentistas e representantes do setor aguardam por soluções no sentido de estabelecer aos fabricantes de bens finais um aumento na quantidade de insumos regionais diminuindo a concorrência desleal com insumos asiáticos.

O presidente da Associação de Fabricantes de Componentes do Amazonas (Aficam), Cristóvão Marques, espera que ao menos 60% dos insumos utilizados na produção de motos sejam adquiridos das empresas componentistas instaladas na cidade.

"O polo de duas rodas recebe incentivos fiscais, portanto é fundamental que grande parte das peças utilizadas na industrialização dos veículos seja adquirida das empresas do setor termoplástico do parque fabril manauense. Temos que parar com essa cultura de conceder benefícios a quem não nos ajuda a gerar emprego e renda", frisou.

Dúvidas

Produzir dentro de casa ou contratar alguém? Essa dúvida é comum na maioria das empresas em todos os segmentos, segundo o consultor Eduardo Kruger. Se for terceirizar, procure um parceiro, não apenas

um fornecedor. Procure uma empresa especializada e capacitada tecnicamente, mas que também possa apoiar estrategicamente a gestão da área em que atua, e que tenha conhecimento sobre o negócio da instituição.

"Um fornecedor cumpre o contrato, um parceiro vai ajudar a identificar oportunidades de mercado e sempre vai buscar a relação ganha-ganha", explica Kruger.

Qualquer que seja o tamanho de sua empresa, não é bom negócio tentar reduzir custos exigindo que os trabalhadores envolvidos na atividade principal da empresa abram firma ou se associem as cooperativas

de trabalho. Os especialistas garantem que não há forma legal para escapar de assinar a carteira de trabalho dos empregados e deixar de pagar férias, décimo terceiro salário e horas extras.

Apesar das várias vantagens, a terceirização deve ser praticada com cautela. Uma má gestão de terceirização pode acarretar para as empresas um des controle e desconhecimento de sua mão de obra; a contratação involuntária de pessoas inadequadas, perdas financeiras em ações trabalhistas movidas pelos empregados terceirizados, dentre outros problemas, segundo especialistas.

Mdic

Pimentel diz que balança comercial ficará positiva este ano

O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, disse ontem que o Brasil vai ter "com toda certeza" saldo positivo na balança comercial este ano, embora não seja possível prever em que patamar será o superávit. Ele enfatizou que a expectativa é que haja recuperação do comércio brasileiro a partir de agora.

Segundo números divulgados na segunda-feira (1º) pela sua pasta, a balança comercial brasileira fechou março com superávit de US\$ 164 milhões no mês. No entanto, há déficit acumulado de US\$ 5,1 bilhões nos três primeiros meses do ano, contra superávit de US\$ 2,419 bilhões

no período equivalente do ano passado.

"A balança comercial está reagindo; março já foi um pouco melhor e nós esperamos que, a partir de agora, melhore ainda mais", disse, ao participar de reunião no Ministério da Justiça. O superávit de março ocorre após dois meses de déficit na balança

comercial brasileira. Embora positivo, o resultado foi o mais fraco para o mês de março desde 2001. "Vamos trabalhar para repetir o saldo do ano passado. Não sabemos se vai ser possível, porque a situação não está boa, a recuperação das commodities está mais lenta do que esperávamos, mas não tem nada que nos preocupe

muito. Nós vamos conseguir um bom saldo", garantiu.

Nesta segunda (1º), a secretária de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Tatiana Prazeres, também disse que o governo projeta superávit na balança comercial em 2013. Ela ressaltou que a

média diária das exportações em março, de US\$ 966,2 milhões, foi a melhor para o período, desde o início da série histórica.

De acordo com o ministério, o superávit em março não foi maior por causa da queda de 32,9% nas exportações brasileiras de petróleo, na comparação com março de 2012.

Indústria

Atividade tem em fevereiro o pior resultado desde 2008

Após sinalizar uma retomada no primeiro mês do ano, a produção da indústria não sustentou o crescimento e registrou queda de 2,5% na comparação livre de influência sazonais (típicas de cada período) com janeiro. Os dados foram divulgados hoje pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

O resultado é o pior desde dezembro de 2008, auge da crise global, quando a produção industrial recuou 12,2%.

A queda foi pior do que o esperado pelo mercado. Segundo pesquisa da agência de notícias Reuters com 20 analistas, a expectativa era de que a produção industrial recuasse 2,05%. As estimativas variaram de quedas de 2,6% a 0,6%.

De dezembro para janeiro, a produção havia subido 2,6%.

Em relação a fevereiro de 2012, houve recuo de 3,2%, depois de uma alta de 5,5% nessa mesma base de comparação em janeiro.

O índice acumulado em 12 meses encerrados em fevereiro registrou queda de 1,9% e o acumulado de 2013 (janeiro e fevereiro) ficou positivo em 1,1%, segundo o IBGE.

O principal impacto negativo sobre a produção industrial veio do ramo de veícu-

los automotores (automóveis e caminhões). O setor, um dos de maior peso na indústria, registrou queda de 9,1% de janeiro para fevereiro, já sob reflexo da redução do desconto do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) e a consequente retração das vendas.



ARTIGO



PEC das domésticas e seu impacto social

RENATO LADEIA*

Os liberais clássicos e neoliberais consideram a regulamentação do mercado de trabalho um erro, que ao invés de ajudar os trabalhadores acaba prejudicando-os, aumentando o custo dos postos de trabalhos, retraindo os investimentos em novos negócios ou na ampliação dos existentes. Argumentam que, ao se regulamentar excessivamente o mercado de trabalho, acaba-se criando barreiras que

reduzem o crescimento econômico, pois os empreendedores preferem investir onde o trabalho é regido pelas leis de mercado. Apoiam-se em estudos comparativos mostrando que os países com baixa regulamentação de mercado, principalmente em tempos de globalização, conseguem crescer mais do que aqueles que regulamentam de modo exagerado. Vejam o caso dos chamados tigres asiáticos.

Os socialistas radicais e moderados, comunistas, populistas e também os oportunistas consideram uma injustiça existir tantos direitos para os trabalhadores públicos e privados e quase nada para os domésticos, que não têm direito ao FGTS,

Os supostos vilões para os congressistas são as famílias de classe média

horas extras remuneradas etc. e elegem novos vilões da exploração do trabalho.

O problema é que o trabalho doméstico não gera nenhuma mais-valia para as famílias empregadoras, a não ser que o trabalho seja explorado por

uma empresa de prestação de serviços que venda o trabalho cobrando um valor maior do contratante, pagando um salário escorchantemente aos empregados, apropriando-se da diferença.

Os supostos vilões para os congressistas são as famílias de classe média na qual as mulheres precisam trabalhar para ajudar a pagar as contas, cada vez mais altas. Esses "vilões" não conseguem acumular capital algum, mas apenas sobreviver. Pelo contrário, a classe média que gera empregos domésticos não pode abater essas despesas no imposto de renda, ao contrário dos empresários, que podem computar seus custos com pessoal na contabilidade.

A regulamentação em si não gera empregos, pois se assim fosse, com a nossa CLT, cópia do modelo fascista italiano, que está em vigor desde os anos 1930 do século passado, já se-

riamos um país desenvolvido, com a inclusão social e econômica de toda a população.

Países pobres como o Brasil, com grande contingente de mão de obra barata, não qualificada e disponível, geram um mercado de trabalho informal, sem carteira assinada. Existem entre nós mais de 7 milhões de trabalhadores domésticos e deste contingente, pouco mais de 20% têm carteira assinada, número que provavelmente vai diminuir diante dos custos que serão gerados pela PEC.

As diaristas, cujo número aumenta a cada dia para que as famílias empregadoras possam fugir dos custos do trabalho legalizado, também já são alvo dos legisladores que pretendem considerar dois

dias por semana nessa condição para que haja vínculo empregatício. Pode ser mais um tiro no pé.

Em resumo, as empregadas de todo o país estão com insônia. É como ganhar na loteria e perder o bilhete. Melhor seria se a presidente, ao invés de sancionar a PEC sem alterações, propusesse uma emenda em que as famílias com no máximo uma empregada registrada e com todos os direitos trabalhistas, pudessem abater no IR todas as despesas. Assim, as secretárias do lar teriam seus empregos garantidos e formalizados, enquanto as famílias empregadoras poderiam ter um alívio na prestação anual de contas com o Leão

*Renato Ladeia é professor do curso de Administração do Centro Universitário da FEI

Lucro das empresas no Brasil cai 33%

Setor bancário foi o mais lucrativo no ano passado, mas teve recuo de 8%

O lucro das empresas brasileiras de capital aberto em 2012 caiu 33,29% na comparação com o ano anterior, mostra levantamento divulgado nesta terça-feira (2) pela consultoria Economática.

Segundo o estudo, as 325 empresas de capital aberto tiveram no ano passado lucro acumulado de R\$ 128,4 bilhões contra R\$ 192,5 bilhões do ano de 2011. Ou seja, uma diferença de R\$ 64,0 bilhões.

O setor bancário foi pelo segundo ano consecutivo o mais lucrativo, com ganhos de R\$ 45,7 bilhões em 2012, uma queda de 8,76% com relação ao ano de 2011.

O setor de petróleo e gás foi o segundo mais lucrativo, com ganhos de R\$ 20,5 bilhões. O lucro acumulado, entretanto, foi 38% menor do que o registrado em 2011 (R\$ 33,1 bilhões).

O pior desempenho foi do setor de Construção, que registrou prejuízo de R\$ 1,03 bilhões em 2012. Segundo a Economática, a principal influência de queda foi da construtora PDG que em 2012 registrou prejuízo de R\$



Lucro das empresas com ações na bolsa começaram a cair em 2012

2,17 bilhões.

Além do setor de construção, os setores de siderurgia e metalurgia, e papel e celulose também registraram prejuízo no ano passado. As três grandes empresas estatais (Petrobras, Eletrobras e Banco do Brasil) registraram, juntas, em 2012, um lucro de R\$ 25,5 bilhões em 2012, queda de 48,62% em relação aos ganhos de R\$ 49,7 bilhões registrados em 2011.

Se a análise for efetuada sem as três grandes empresas estatais (Petrobras, Eletrobras e Banco do Brasil) o resultado de 322 empresas no ano de 2012 seria de R\$ 102,8 bilhões contra R\$ 142,7 bilhões no ano de 2011 queda de R\$ 39,9 bilhões ou 27,95%.

Para realizar o levantamento, a Economática utilizou os demonstrativos originais disponibilizados na base de dados da CVM (Comissão de Valores Mobiliários). A consultoria informou ainda que, para evitar dupla contagem, não foram consideradas na pesquisa empresas cujo principal ativo são ações de outra empresa participante do levantamento.

sim & não

Agora é a vez do Sul atacar a Zona Franca

Depois dos ataques feitos por SP e MG contra a reforma do ICMS que mantém a

excepcionalidade do AM nas operações interestaduais do tributo, ontem foi a vez do Rio Grande do Sul se insurgir em oposição à vantagem dada à Zona Franca de Manaus. Ontem, o titular da Sefaz do Rio Grande do Sul, Alberto Tonollier, declarou em Brasília que o fato do AM ficar com alíquota de 12%, enquanto os demais Estados praticarão 4%, "é incompatível ao espírito da proposta" feita pelo Governo.

Aliados O discurso do secretário da Fazenda gaúcha não é isolado, mas um indicativo de que a Região Sul se aliou ao Sudeste contra o Amazonas, já que ontem as duas regiões participaram de reuniões no Ministério da Fazenda e no Senado.

Encolhido Detalhe sobre as movimentações das bancadas do Sul e Sudeste é que são blocos poderosos e unidos. O Norte e o AM, particularmente, nanicos, ao contrário, não conseguem se reunir para defender temas importantes para a região.

Sem alarde A primeira reunião da comissão especial que analisa a prorrogação da ZFM mostrou divergência interna do grupo. Há, na maioria, vontade de dar

visibilidade aos trabalhos do colegiado. O deputado Carlos Souza (PSD) defende ação silenciosa para não despertar olho gordo dos Estados que são contra a indústria do AM.

TRF-AM Articulações feitas ontem na Câmara dos Deputados definiram pôr em votação hoje, em segundo turno, a PEC 544/2002 que cria quatro novos tribunais regionais no País, entre os quais está o TRF-Amazonas. Os acordos preveem que o texto será votado às 15h desta quarta-feira em sessão extraordinária da Câmara.

Previsão O deputado federal Átila Lins (PSD), que participa da frente parlamentar em defesa dos novos tribunais federais, calcula que as cortes que serão criadas hoje (AM, BA,

MG e PR) comecem a funcionar ainda este ano.

sobe e desce



Carlos Bezerra

DEPUTADO FEDERAL (PMDB-MT)

>>Autor da PEC das Empregas Domésticas promulgada ontem pelo Congresso.



Marcelo de Jesus

DIRETOR ARTÍSTICO ADJUNTO DO FAO

>>Idealizou vídeo em que integrantes de corpos artísticos do AM aderem a moda da web.



Silas Câmara

DEPUTADO FEDERAL (PSD)

>>Pela segunda vez consecutiva não foi à reunião da comissão da prorrogação da ZFM.



Sabino Castelo Branco

DEPUTADO FEDERAL (PTB)

>>Pela segunda vez consecutiva não foi à reunião da comissão da prorrogação da ZFM.

Desembaraço: lentidão

Demora em média uma semana o serviço de desembaraço de mercadorias nos aeroportos, incluindo o de Manaus

ADAN GARANTIZADO

agan@acnica.com.br

O aeroporto internacional Eduardo Gomes está entre os piores do país quando o assunto é desembaraço de cargas. É o que aponta uma pesquisa feita pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), divulgada ontem. Baseada em dados fornecidos pela Infraero, a Firjan aponta que o tempo médio de espera para liberação da carga é de 175 horas corridas no Eduardo Gomes, que acompanha o ritmo de outros aeroportos brasileiros, como Guarulhos, Campinas (SP), Galeão (RJ) e Salgado Filho (RS).

Para efeito de comparação, em Shanghai, na China, a liberação de cargas acontece em cerca de quatro horas após sua chegada. Já em Heathrow, na Inglaterra (que é considerado o mais lento dos aeroportos internacionais analisados) o mesmo processo demora oito horas.

Empresários da indústria e do comércio local engrossaram o coro do estudo feito pela Firjan. Segundo eles, o tempo gasto para a liberação de materiais no Eduardo Gomes gera custos altos com armazenagem (que acabam sendo repassados ao consumidor) e acarreta na perda de competitividade com outras regiões. Para Wilson Périco, presidente do Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam), a falta de material pessoal é um dos principais gargalos na hora de desembaraçar uma carga. "O Pólo Industrial cresceu entre 8 e 10% nos últimos dez anos e a quantidade de auditores fiscais no aeroporto ain-

da é a mesma. A defasagem é muito grande", criticou Périco. O presidente da Câmara dos Dirigentes Lojistas de Manaus (CDLM), Ralph Assayag adotou um tom mais crítico. "Toda e qualquer carga que chega à Zona Franca de Manaus, seja por via aérea ou marítima é um terror. O desembaraço em Manaus demora no mínimo 50% a mais do que em qualquer outro lugar do país. Às vezes a carga chega ao meio-dia da sexta-feira, não há fiscal, o expediente acaba e temos que esperar até a segunda para retomar o processo. É um sofrimento grande", desabafou Assayag.

PLANTÃO 24H

Uma das teses defendidas pelo estudo da Firjan é a de que os aeroportos brasileiros precisam adotar um sistema de trabalho que possibilite a liberação de cargas 24h. Se isto acontecesse, os custos diminuiriam até em 50%. Wilson Périco considera esta hipótese como uma necessidade. "É uma saída diante do tempo gasto. Mas não daria certo se não aumentassem o pessoal. Outra coisa que poderia acontecer era o bom senso na hora da fiscalização. Se não existe material humano, que diminuam o tempo de amostragem", sugeriu. Ralph Assayag acredita que falta vontade política para colocar a medida em funcionamento. "A Presidente dia desses baixou a energia elétrica propôs incentivo ao consumo. Mas se ela aumentasse o ritmo nos portos e aeroportos, o preço de muita coisa diminuiria muito mais. Falta um pouco mais de vontade", disse Ralph.



Empresários locais confirmam a lentidão no desembaraço de mercadorias nos terminais de carga do aeroporto

Blog

“ Riley Rodrigues responsável pela estudo da Firjan ”

Já existem leis e dispositivos legais que permitem o funcionamento 24 horas dos portos e aeroportos. E elas estão aí desde 1966! Agora isso é uma decisão executiva, que passa pelo Governo Federal. O Brasil mudou muito nos últimos anos, principalmente a partir da década de 90. Antes, o país tinha pouca representação no comércio internacional. Agora, precisa-

mos nos comportar como um player importante no mercado mundial. Se crescemos, não dá para continuar com o mesmo pensamento. Você não vai ter na faculdade, o mesmo comportamento que tinha quando estava no jardim de infância. Nossa pesquisa foi baseada em horas corridas, ao contrário do que prega a Receita, que mede apenas as horas comerciais, em que estão funcionando.

Movimentação

>> Cargas aéreas

No Brasil, a movimentação de cargas do comércio exterior em 2012 foi de 688 milhões de toneladas, tendo atingido US\$ 465,7 bilhões. Embora represente apenas 0,2% do total de cargas movimentadas, o setor aéreo respondeu por 10,7% do valor transacionado (US\$ 50,0 bilhões). Assim, o valor agregado médio da carga aérea foi de US\$ 36,9 mil/tonelada, superior, portanto, à média mundial, e mais de 5.000% acima da média global nacional

Alfândega contesta informação

A Alfândega do Aeroporto Internacional Eduardo Gomes contestou os dados da Firjan. Segundo a Receita, os números altos do tempo de espera se deram por conta das horas corridas, quando há a interferência de outros fatores no processo. Se considerados apenas o período em horas úteis (das 08h às 18h), o tempo médio para a liberação é de 18,7 horas. A Receita esclareceu que uma vez registrada a presença de carga, o importador deve registrar uma declaração de Importação. Após a transmissão da Declaração de Importação, um sistema eletrônico e da análise de risco feita por auditores fiscais, determina-se se a carga deve ou não sofrer verificação física e documental da Aduana antes do desembaraço. Uma carga que é desembaraçada sem necessidade de verificação pode ser retirada pelo importador. Em 2012, 91% das Declarações de Importação em Manaus foram desembaraçadas em menos de um dia útil. A Alfândega do Eduardo Gomes possui equipe de desembaraço de cargas prioritárias como perecíveis, urnas funerárias, órgãos para transplantes, entre outros bens sensíveis.

Aprovação depende de vontade política

Eis o que pensa o relator da resolução que unifica alíquota do ICMS em 4%

BRASÍLIA (A/E) O senador Delcídio Amaral (PT-MS), relator da resolução que unifica a alíquota do ICMS interestadual, disse ontem que se houver vontade política, a reforma será aprovada. Segundo ele, é preciso que o governo priorize a mudança no ICMS que, na sua avaliação, será a mais importante reforma do

Governo Dilma. "É a mãe das reformas", disse.

Delcídio Amaral falou ao chegar ontem, pela manhã, ao Ministério da Fazenda para participar de uma nova rodada de negociações com os Estados e com o secretário executivo do Ministério, Nelson Barbosa. "Vamos analisar por região e ver como se

conduz esse processo, afirmou.

AMPLIAR PRAZO

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, já sinalizou que poderá ampliar o prazo de transição para a unificação de alíquota, previsto na resolução em 12 anos, para atender aos Estados menos desenvolvidos.

O governo tem reafirmado



Delcídio diz que reforma do ICMS será a principal mudança no governo Dilma

que não gostaria de ver aprovada a proposta das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste de manter uma alíquota diferente de ICMS em relação ao Sul e Sudeste. No Amazonas e Mato Grosso ela permanecerá em 12%. Delcídio afirmou que, apesar dos Estados reclamarem de futuras perdas de arrecadação com a reforma, os entes terão ganhos. "Isso é redução de carga tributária", disse, lembrando que a medida trará uma maior demanda e mais competitividade para os Estados.

Segundo ele, se houver ajustes a serem feitos na proposta, em função de um acordo fechado nas reuniões desta terça-feira, ele incluirá esses ajustes no seu relatório, que será apresentado no dia 16.

IBGE

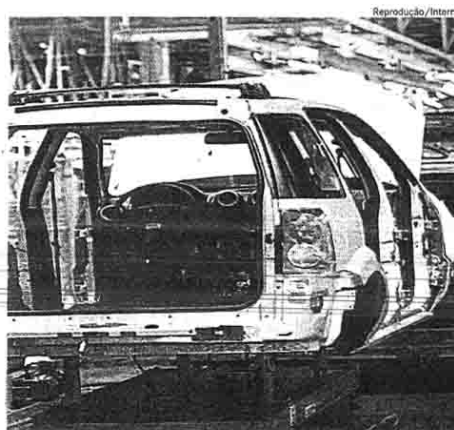
Indústria cai 2,5% no mês de fevereiro

Índice demonstra que o pior ainda não passou para a economia brasileira

BRASÍLIA (FOLHAPRESS) - Após sinalizar uma retomada no primeiro mês do ano, a produção da indústria não sustentou o crescimento e registrou queda de 2,5% em fevereiro na comparação com o mesmo mês de janeiro. Os dados foram divulgados hoje pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O resultado é o pior desde dezembro de 2008, auge da crise global, quando a produção industrial recuou 12,2%. A queda foi pior do que o esperado pelo mercado. Segundo pesquisa da agência de notícias Reuters com 20 analistas, a expectativa era de que a produção industrial recuasse 2,05%. As estimativas variaram de quedas de 2,6% a 0,6%. De dezem-

bro para janeiro, a produção havia subido 2,6%. Em relação a fevereiro de 2012, houve recuo de 3,2%, depois de uma alta de 5,5% nessa mesma base de comparação em janeiro. O índice acumulado em 12 meses encerrados em fevereiro registrou queda de 1,9% e o acumulado de 2013 (janeiro e fevereiro) ficou positivo em 1,1%, segundo o IBGE.



Principal impacto negativo veio do ramo de veículos automotores

O principal impacto negativo sobre a produção industrial veio do ramo de veículos automotores (automóveis e caminhões) que registrou queda de 9,1% de janeiro para fevereiro.

De janeiro para fevereiro, a maioria dos setores apresentou resultados negativos: 15 dos 27 pesquisados pelo IBGE. Entre os piores desempenhos, considerando o peso de cada um deles na indústria, destacam-se farmacêutica (-10,8%), refino de petróleo e produção de álcool (-5,8%), bebidas (-5,2%), alimentos (-1,3%), mobiliário (-9,9%), celulose e papel (-2%) e indústrias extrativas (-1,9%). Os melhores desempenhos ficaram com equipamentos de transporte (9,9%), máquinas e equipamentos (1,7%), fumo (36,2%) e máquinas e aparelhos elétricos (4,6%).

Reforma do ICMS (parte II)

A expectativa do governo Federal é de que a reforma do ICMS (projeto de resolução 1/2013), após trâmite na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) será levada à votação no plenário da Casa, até maio. A resolução precisa ser aprovada antes de junho, pois neste mês encerra o prazo de vigência da Medida Provisória 599, que dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, com o objetivo de compensar perdas de arrecadação decorrentes da redução das alíquotas. Segundo disposto na estrutura tributária vigente, as alíquotas variam de 7% a 12%. O projeto propõe conflui-las para 4%, aplicável de 2014 a 2016 nos estados do Sudeste e Sul. Nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, a redução deverá se processar em 12

anos. Para a Zona Franca de Manaus e o gás natural da Bolívia transportado por Mato Grosso do Sul, o ICMS interestadual continuará em 12%. Do ponto de vista do governo federal, convergir as alíquotas do ICMS ao patamar de 4% configura importante passo no sentido de pôr termo à "guerra fiscal" institucionalizada no território nacional. Por essa prática, os estados concedem descontos cada vez mais agressivos sobre a incidência cheia do ICMS tendo em vista atrair investimentos empresariais como forma de promover a geração de emprego e renda em seus territórios. Quase nenhum especialista acredita que a "guerra" venha a acabar tão cedo, posto não se conhecerem dispositivos legais que possam efetivamente vir a detê-la. Vale salientar que o

próprio Supremo Tribunal Federal (STF) vem considerando, debalde, desde junho de 2011 inconstitucionais diversos programas dessa natureza. Efetivamente, a concessão de tais benefícios remonta aos anos 1970. A prática é generalizada. E se processa independentemente de prévia autorização do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), desobedecendo, por outro lado, dispositivos específicos da Constituição Federal. Entretanto, nenhum estado chegou até hoje a ser penalizado. Ao contrário. Ante a proibição do STF, os estados começaram uma corrida para atrair mais empresas. Desde a decisão do STF, secretarias estaduais de Fazenda passaram a discutir como dar fim à guerra fiscal. Ao mesmo tempo, que destino dar aos incentivos já concedidos.

Osiris
Silva

e-mail:
osirissilva@
gmail.com



Todos, saliente-se, essencialmente ilegais. Na ausência de nova regulamentação, os governadores intensificaram a concessão de mais estímulos fiscais visando a viabilizar novos investimentos em seus Estados. A hipótese é a de que, enquanto não ocorrer de fato a reforma do sistema tributário, os incentivos "antigos", isto é, os já concedidos, estão "protegidos". Uma situação típica de país de terceiro mundo. Onde quem pode mais vale mais. Onde todos mandam e ninguém manda. Surgiu nesse meio tempo outro sério complicador. Segundo apurou o jornal "O Estado de S. Paulo", os estados mais agressivos na concessão de incentivos dizem que só vão parar de conceder os benefícios quando houver uma política de

desenvolvimento regional adequada à multiplicidade de interesses das unidades da Federação. Evidentemente, política de desenvolvimento que leve em conta diferenciações regionais certamente não será adotada tão cedo. A menos que, antes, ocorram as reformas estruturais pelas quais o país clama. Destacando-se a tributária e a do sistema político nacional, de forma ampla e irrestrita. São estas as cartas postas nas negociações em torno da reforma do ICMS. As autoridades locais precisam conscientizar-se de que, diante de situação tão complexa, precisam dispor mais de habilidade diplomática, capacidade de negociação, prudência e competência política do que de força. Segundo Napoleão Bonaparte, "não há força sem habilidade".

Fomento à inovação

IEL-AM e Suframa firmam parceria com o objetivo de desenvolver políticas de inovação. Tabatinga sediará o projeto

O diretor regional do Instituto Euvaldo Lodi (IEL- Amazonas), Américo Esteves, e o superintendente da Suframa, Thomaz Nogueira, assinaram convênio de quatro anos objetivando ação integrada para gerir e desenvolver políticas de inovação, por meio da promoção e interação universidade-empresa.

O programa de apoio à estruturação de núcleos de inovação e incubadoras de empresas na Amazônia Ocidental terá o município de Tabatinga como sede do projeto piloto para aplicabilidade do mapeamento de arranjos produtivos locais.

METAS

O projeto prevê metas macros que se transformam em ações de estruturação de cadeias produtivas, implantação de núcleo de inovação e governança, com ênfase em arranjos produtivos locais (APL's).

Segundo o diretor regional do IEL, Américo Esteves, na previsão das metas direcionadoras está a estruturação e operacionalização dos núcleos de inovação tecnológica da Amazônia Ociden-

Capacitação

Por meio de capacitações de alto nível, com parcerias nacionais e internacionais, na realização de especialização, pós-graduação, imersão, o IEL-Amazonas irá desenvolver as competências que irão compor a estruturação desse núcleo.

tal, tendo em seu escopo o aprimoramento de um modelo de gestão do NIT-AMOC, dos núcleos de inovação no âmbito das instituições de ensino e pesquisa e a implantação do núcleo de gestão estratégica e inovação da Suframa.

"Na potencialização do processo de industrialização por inovação das áreas de livre comércio de Tabatinga, teremos como base insumos regionais na lógica do desenvolvimento regional", explica Esteves, ao acrescentar que será feito diagnóstico do setor produtivo do município de Tabatinga e em seu entorno, tendo como refe-



Mapear e estruturar os arranjos produtivos locais é um dos aspectos mais importantes do convênio IEL-Suframa

rência a aplicação de um censo empresarial nos municípios de Atalaia e Benjamin Constant.

ARRANJOS

A estruturação dos arranjos produtivos de Tabatinga, passará pelo acompanhamento da implantação de um modelo de gestão, além da criação e implantação do núcleo multiinstitucional de gestão estratégica e inovação de Tabatinga.

Segundo a superintendente do IEL, Kátia Meirielle, nesse contexto está previsto processo seletivo de empresas participantes locais que deverão atuar em parceria com a Trading Company a ser implantada também, assim como as empresas dos APL's de Tabatinga. "Esse projeto visionário será avaliado e validado, tornando-se um modelo de gestão que servirá como referência para outros arranjos produtivos locais", anuncia.

"Todo esse trabalho terá acompanhamento rigoroso da Suframa e do IEL, sendo aplicadas metodologias de educação direcionadas a atender as necessidades específicas do projeto", afirma Kátia.

Encontro aqui sobre a ZFM

Evento integra outros três em que se discutirá a emenda constitucional que prorroga o modelo

ANTONIO PAULO

BRASÍLIA (SUCCURSAL) - Com o quórum necessário à realização da reunião, a Comissão Especial, da Câmara dos Deputados, destinada a apreciar e dar parecer à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 506-A, que prorroga a Zona Franca de Manaus por mais 50 anos, aprovou ontem o plano de trabalho apresentado pelo relator, deputado federal Átila Lins (PSD-AM). Da bancada amaz

tados Silas Câmara (PSD-AM) e Sabino Castelo Branco (PTB-AM).

O mês de abril ficará reservado para a realização de três audiências públicas, que ainda precisam ser autorizadas pelo presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN). "Uma reunião ocorrerá em Brasília, com a presença de ministros, autoridades federais e juristas nacionais; a segunda em Boa Vista/RR, onde serão convidados representantes dos Estados do

Acre, Rondônia e Amapá para debater sobre as Áreas de Livre Comércio (ALCs) e a sintonia com o projeto da Zona Franca de Manaus, e ainda um grande encontro em Manaus, onde ouviremos os segmentos empresariais, governamentais e dos trabalhadores", detalhou Átila Lins.

De acordo o relator, abril também será dedicado à apresentação de emendas à PEC da prorrogação, com prazo de dez sessões ordinárias da Câmara que vence

na semana que vem. Átila não soube informar se já há deputados colhendo assinaturas (171 para cada uma), mas ele avisa que vai rejeitar qualquer emenda que venha a desvirtuar a proposta encaminhada pela presidente Dilma Rousseff.

"Vamos deixar o mês de maio para apresentar o nosso parecer e relatório. O regimento prevê até 40 sessões, mas eu não pretendo utilizar todo esse tempo. Quero entregá-lo no início de junho ao

Busca rápida



Prorrogação por mais 50 anos

A Emenda à Constituição nº 506/2010 dispõe sobre a prorrogação, por mais 50 anos, dos incentivos fiscais concedidos ao modelo Zona Franca de Manaus (ZFM). Ela foi proposta pelo Governo Federal e apensada a uma outra EC de autoria do ex-senador Artur Neto, hoje prefeito de Manaus. Caso venha a ser aprovada, o modelo agora teria mantido os incentivos até o ano de 2073.

presidente Henrique Alves para que seja aprovado pelo plenário da Câmara (em dois turnos) e seja encaminhado ao Senado no segundo semestre", explicou Átila Lins a tramitação da PEC 506.

Ainda na sessão de ontem, a comissão especial também elegeu os vice-presidentes que estavam faltando para compor a mesa diretora. Na primeira vice-presidência ficou o deputado Praciano (PT-AM), na segunda vice, Asdrúbal Bentes (PMDB-PA) e como terceiro vice-presidente o deputado Urzenir Rocha (PSDB-RR). No último momento, o deputado do Amazonas, Carlos Souza (PSD), retirou a candidatura à segunda vice-presidência, evitando o domínio da bancada do Estado na direção da comissão especial.

RESUMO

Produção na indústria tem a maior queda desde 2008

A produção industrial caiu 2,5% em fevereiro ante janeiro, na série com ajuste sazonal, divulgou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O resultado ficou dentro do intervalo das expectativas dos analistas de mercado, que estimaram quedas entre 0,70% e 2,70%, mas foi pior que o projetado pela mediana, negativa em 2,00%. A produção de veículos automotores caiu 9,1% e puxou a queda da indústria em fevereiro. O recuo de 2,5% em fevereiro foi o mais intenso desde dezembro de 2008, quando houve queda de 12,2%.

GANHO MENOR Lucro de companhias de capital aberto caiu em um terço, diz Economatica

Os resultados consolidados de 325 companhias de capital aberto mostram um lucro acumulado de R\$ 128,4 bilhões em 2012, ante R\$ 192,5 bilhões no ano anterior, de acordo com levantamento feito pela consultoria Economatica. Isso representa uma queda de R\$ 64 bilhões no lucro total dessas empresas no ano passado em relação a 2011, ou -33,29%. Sem as empresas estatais Eletrobras, Petrobras e Banco do Brasil, o lucro de 322 companhias foi de R\$ 102,8 bi - recuo de 27,95%.

EMPRESAS DE CAPITAL ABERTO

Dados de 2012

Maiores lucros

POS.	SETOR	NÚMERO DE EMPRESAS	LUCRO LÍQUIDO (R\$ BILHÕES)	
			2011	2012
1º	Bancos	25	50,1	45,7
2º	Petróleo e Gás	6	33,1	20,5
3º	Outros	82	13,3	15,1
4º	Alimentos e Bebidas	17	12,2	12,6
5º	Mineração	6	37,9	8,9
6º	Energia elétrica	35	19,9	7,7
7º	Telecomunicações	7	7,8	7,5
8º	Comércio	18	2,6	3,3
9º	Software e dados	7	1,9	2,5
10º	Transporte e serviços	11	1,8	1,7

R\$ 128,4 bi
lucro de 325 empresas
brasileiras de capital aberto,
em 2012

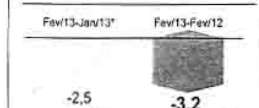
Queda de
33,29%
no lucro líquido total das empresas,
ante 2011

FONTE: Economatica

© GRAFFO

INDÚSTRIA Em fevereiro (%)

Queda na produção



Mostra -> 1,1 12 meses -> 1,9

CATEGÓRIAS DE USO

	Fev13-Jan13*
Bens de Capital	1,6
Bens Intermediários	-1,3
Bens de consumo duráveis	-6,8
Bens de consumo semi e não duráveis	-2,1

PRINCIPAIS IMPACTOS NEGATIVOS

	Fev13-Jan13*
Farmacêutica	-10,8
Mobiliário	-9,9
Veículos automotores	-9,1
Refino de petróleo e produção de álcool	-5,8
Bebidas	-5,2
Celulose, papel e produtos de papel	-2,0
Alimentos	-1,3
Indústrias extrativas	-1,9

(*) Série com ajuste sazonal

FONTE: IBGE

© GRAFFO

Site do Banco do Brasil fica instável pelo 2º dia seguido

O site do Banco do Brasil, que dá acesso aos serviços de autoatendimento online, continuou instável nesta terça-feira. Algumas vezes o endereço www.bb.com.br demorava para carregar no navegador da internet, por exemplo. Na página inicial do site, o BB colocou um aviso aos clientes, sugerindo outros canais de contato. O Banco do Brasil informou, em nota, que seus clientes enfrentavam problemas no acesso ao seu internet banking desde a segunda-feira. "Todos os esforços estão sendo realizados para restabelecer, no menor prazo possível, o acesso dos clientes às operações bancárias pela internet".

BARRIS Brasil produziu 8,5% menos petróleo em fevereiro, diz ANP

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) divulgou, na tarde desta terça-feira, que a produção de petróleo no Brasil atingiu 2,017 milhões de barris/dia em fevereiro, uma queda de 8,5% na comparação com um ano atrás e de 1,8% em relação ao mês anterior. A ANP informou, ainda, que a produção de gás natural bateu o recorde de 76,5 milhões de metros cúbicos por dia em fevereiro. O recorde anterior havia sido registrado em dezembro do ano passado, quando 76,2 milhões de metros cúbicos foram produzidos.

OS NÚMEROS

53

mil é a quantidade de vagas criadas no setor da construção civil brasileira nos primeiros dois meses deste ano, uma alta de 1,59%, de acordo com informações do Sindicato da Indústria da Construção Civil de São Paulo (SindusCon).

3,4

milhões é o número de trabalhadores com carteira assinada na construção civil no Brasil, conforme dados de fevereiro, de acordo com o SindusCon. Destes, 1,7 milhão estão na Região Sudeste. No Norte, somam 212 mil.